



SUMÁRIO

Presidência 01

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 002/PRES, de 03 de janeiro de 2017.

Aprova o Plano Anual de Capacitação da Fundação Nacional do Índio para o exercício de 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e

Considerando o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

Considerando a Portaria MP nº 208, de 25 de julho de 2006, que institui os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal;

Considerando a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que institui a Norma de Implementação dos Programas de Capacitação, Desenvolvimento de Recursos Humanos da Fundação Nacional do Índio;

Considerando a Portaria nº 1.137/PRES, de 11 de setembro de 2013, que dispôs sobre a criação do Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP, atribuindo-lhe a análise, deliberação e avaliação dos resultados do Plano Anual de Capacitação da Funai, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Capacitação - PAC da Fundação Nacional do Índio, para o exercício de 2017, elaborado a partir do Levantamento das Necessidades de Capacitação - LNC realizado nas Unidades da Funai.

Art. 2º O PAC tem como finalidade estabelecer diretrizes e prioridades para a execução de ações de capacitação no decorrer do exercício de 2017, objetivando a educação continuada dos servidores e a transparência das ações realizadas.

Art. 3º São diretrizes do Plano Anal de Capacitação para 2017:

I - Tratar a capacitação dos servidores como estratégia para o fortalecimento institucional;

II - Garantir a continuidade das ações educativas;

III – Garantir atendimento aos servidores de todas as Unidades da Fundação;

IV - Fortalecer as competências institucionais;

V - Potencializar o uso da instrutoria interna e da EAD; e

VI - Promover a integração das Unidades do Órgão.

Art. 4º O PAC está organizado em temas prioritários e de interesse da Funai, conforme os macroprocessos finalísticos, gerencial e de apoio definidos pela Portaria nº 698/PRES, de 21 de julho de 2015, servindo como balizadores para os cursos de curta e média duração (presenciais ou a distância), seminários, congressos, conferências, workshops, oficinas, treinamentos em serviço, programas de pós-graduação, licença para capacitação e outras ações congêneres demandadas pelas unidades.

Art. 5º As ações de desenvolvimento e capacitação previstas no PAC 2017 serão executadas compatibilizando a ordem das prioridades indicadas pelas Unidades da Funai nos formulários de Levantamento das Necessidades de Capacitação – LNC, e a ordem de prioridade das unidades que realizaram o LNC.

Art. 6º A solicitação de capacitação cuja área ou tema não esteja previsto nesta Portaria somente poderá ser atendida após autorização do(a) Diretor(a) de Administração e Gestão.

Art. 7º A dotação inicial prevista pela Funai na ação orçamentária de Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação é de R\$ 889.002,00 (oitocentos e oitenta e nove mil e dois reais).

Parágrafo único. O orçamento do PAC 2017 é estimativo e já contempla os investimentos em passagens, diárias, combustível, inscrições e instrutoria.

Art. 8º Os recursos de outras ações orçamentárias da Funai, relacionadas à capacitação de servidores, também podem ser utilizados para a execução dos temas e assuntos de estudo previstos no PAC 2017.

Art. 9º A execução deste Plano de Capacitação está condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 10 A realização das ações de capacitação previstas no PAC é de responsabilidade da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CODEP/CGGP), que atuará na coordenação, supervisão, orientação, controle das atividades e apoio técnico-pedagógico das ações, bem como procederá à análise do processo de capacitação conforme as competências estabelecidas no Regimento Interno da Funai e nas demais normas que tratam do desenvolvimento e capacitação de servidores no âmbito da Fundação.

Parágrafo único. Caberá à CODEP prover atendimento, quando necessário, e fornecer orientações complementares aos servidores interessados nas ações de capacitação de que trata esta Portaria.



BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Brasília, 04 de janeiro de 2017.

Boletim de Serviço da FUNAI – Número 01 – p. 2

Art. 11 Os casos não contemplados nesta Portaria serão submetidos a(o) Diretor(a) de Administração e Gestão, para decisão.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁXIMO OLIVEIRA DE SOUZA

Presidente Substituto



ANEXO I

ÁREA	TEMA	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Gestão Governança e	1. Logística Pública	1. 12º Congresso de Pregoeiros
		2. 60 acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos
		3. Administração de frota de veículos, planejamento, logística de manutenção e custos operacionais
		4. Alteração e renegociação dos contratos, rescisão, aplicação de sanções - aspectos fundamentais e aplicados
		5. Capacitação em formação e prática de planilha de custos e formação de preços
		6. Compras públicas
		7. Curso sobre repactuação, reajuste e revisão de contratos administrativos
		8. Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico com abordagem prática
		9. Fiscalização de contratos administrativos com foco em contratos de terceirização
		10. Formação de pregoeiros
		11. Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública
		12. Gestão de materiais
		13. Gestão Patrimonial
		14. Modalidades de licitação e contratação no serviço público
	2. Educação e Docência	15. Formação de Instrutores
		16. MBA em Gestão Pública
	3. Gestão da Tecnologia da Informação	17. Capacitação para a utilização da base de dados PHI
		18. Curso cisco para área de telecomunicações - preparação para certificação
		19. Curso de Linux do básico ao administrador
		20. Curso de Plone - instalação e administração de internet e intranet no padrão do governo federal de portal corporativo - portalpadrao.gov.br
		21. Curso Itil V3 2011 foundations - preparatório para certificação
		22. Gestão de segurança da informação
	4. Informática	23. Informática básica e avançada (Word, Excel, power point)
	5. Gestão de Pessoas	24. Contratação de serviços de TD&E na administração pública
		25. Cursos de Gestão de Pessoas (congressos, workshops, seminários, entre outros)
		26. Desenvolvimento gerencial
		27. Motivação no serviço público
		28. Oficina para orientação aos gestores sobre a elaboração do LNC
		29. Pagamento de servidores ativos, aposentadorias e pensões no serviço público
		30. Perícia oficial em saúde do servidor público federal
		31. Processo administrativo disciplinar
		32. Relações interpessoais no serviço público
		6. Orçamento, Contabilidade e Finanças
	34. Curso de análise e regularizações contábeis no SIAFI	
	35. Curso de Gestão da Conta Vinculada	
	36. Curso de Retenção de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços no SIAFI, incluindo ordens bancárias - características de	



Gestão e Governança		cada tipo de OB e operacionalização do novo CPR (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/INSS PATRONAL/ISS)	
		37. Curso de Tesouro Gerencial	
	7. Políticas Públicas		38. Curso de Avaliação de Políticas e Programas Públicos
			39. Curso de Elaboração de Projetos e Planos de Trabalho
			40. Ética
	8. Auditoria e Controle Interno		41. Curso de auditoria e controles internos governamentais
			42. Curso de metodologia e planejamento de auditoria de risco
			43. Gestão de riscos no setor público
	9. Gestão Documental e Processos Administrativos		44. Gestão documental módulo II (classificação de documentos)
			45. Gestão documental módulo III (avaliação de documentos e aplicação da tabela de temporalidade)
			46. Lei de processos administrativos nº 9.784/99
	10. Comunicação		47. Design gráfico
			48. Gestão de marketing de conteúdo para mídias sociais
			49. Línguas estrangeiras (espanhol e inglês)
			50. Produção de texto e atualização gramatical
			51. Redação oficial
	11. Planejamento e Gestão		52. Elaboração de indicadores de desempenho institucional
			53. Elaboração e análise de atos normativos
			54. Gestão de processos
			55. Gestão estratégica com uso do BSC
12. Sistemas públicos		56. GFIP/SEFIP	
		57. SCDP	
		58. SEI	
		59. SIADS	
		60. SIAFI	
		61. SIAPECAD	
		62. SIAPENET	
		63. SIASS	
	64. Sistema de Registro de Preços		
Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas	1. Política Indigenista	65. Desenvolvimento sustentável junto aos povos e terras tradicionais	
		66. Mediação de conflitos	
		67. Mobilização e planejamento de projetos in loco com as comunidades indígenas	
		68. Sistematização de experiências agroecológicas e turismo em terras indígenas	
		69. V Congresso da Asociación Latinoamericana de Antropología	
	2. Política Ambiental	70. Cartografia básica e uso de GPS em Terras Indígenas	
		71. Direito ambiental	
		72. Etnodesenvolvimento	
		73. Formação Básica em PNGATI para a Sede	
		74. Formação Continuada em PNGATI para coordenações regionais	
		75. Georreferenciamento e reconhecimento de Terras Indígenas	
		76. Manejo de fauna e ictiofauna	
		77. Manejo de recursos florestais não madeireiros	
		78. Sensoriamento remoto	
		79. Sistema de informações geográficas com quantum gis	



		80. Técnicas de combate a incêndios em terras indígenas
Preservação dos Bens Culturais e Documentação de Línguas, Culturas e Acervos Indígenas	1. Identidade Cultural	81. Historicidade e reconhecimento mítico - origem e reconhecimento da identidade indígena
		82. Língua Guarani
		83. Línguas da família Pano, do ramo setentrional (korubo, matis, matsés, kulina pano e grupos isolados)
		84. Sociedade e cultura na Amazônia
Promoção e Proteção dos Direitos Sociais, Culturais e de Cidadania, fortalecendo a autonomia dos Povos Indígenas	1. Política Indigenista	85. 3ª oficina de trabalho da PFE
		86. Antropologia indígena
		87. Curso de Direito Internacional/Humanos
		88. Curso de Direito Processual Penal
		89. Curso de Política Indigenista
		90. Direito dos povos indígenas
		91. Legislação previdenciária aplicada aos povos indígenas
		92. Oficina acesso aos benefícios da previdência social para indígenas
		93. Oficina de elaboração de projetos indígenas
Demarcação e regularização fundiária de terras indígenas	1. Demarcação	94. Projetos sustentáveis
		95. Avaliação de imóveis rurais
		96. Geoprocessamento
		97. Identificação e delimitação de terras indígenas
		98. Levantamento e indenização de benfeitorias
		99. Treinamento TopoEVN